

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

ELIZÂNGELA LOPES SOARES DA SILVA

**A INFILTRAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS NA ORGANIZAÇÃO
CRIMINOSA**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA**

**CACOAL – RO
2017**

ELIZÂNGELA LOPES SOARES DA SILVA

**A INFILTRAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS NA ORGANIZAÇÃO
CRIMINOSA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Direito. Sob a orientação do Professor Especialista Antônio Paulo dos Santos Filho.

**CACOAL - RO
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

S586i Silva, Elizangela Lopes Soares da.

A infiltração dos agentes públicos na organização criminosa / Elizangela Lopes Soares da Silva. -- Cacoal, RO, 2017.

49 f. : il.

Orientador(a): Prof. Antonio Paulo dos Santos Filho

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1. Agentes públicos. 2. Organização criminosa. 3.. I. Santos Filho, Antonio Paulo dos . II. Título.

CDU 343

A INFILTRAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS NA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

ELIZÂNGELA LOPES SOARES DA SILVA

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharela em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

Professor Especialista: Antônio Paulo dos Santos Filho
- UNIR - Presidente

Professor (a) M.e Sônia Mara Nita
- UNIR - Membro

Professor (a) M.e Gilson Tetsuo Miyakava
- UNIR - Membro

Conceito: 85

Cacoal, 12 de dezembro de 2017.

Ao meu grande Deus, que me sustenta e fortalece a cada amanhecer. Ao meu esposo Anderson, que durante toda essa caminhada não soltou as minhas mãos, que com sua paciência conseguiu me trazer paz na correria e aflição de cada semestre. Aos meus filhos Andrey e Davi, que são a minha melhor e maior conquista. Aos meus Pais, por todas as orações e dedicação dispensada em meu favor. A vovó Aparecida, por cada novena dedicada em prol das minhas conquistas.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter conduzido os meus passos, por ter me oportunizado essa grande conquista e me fortalecido em cada a cada amanhecer.

Aos meus pais, Marques e Sandra, pelo constante estímulo aos estudos e inigualável exemplo de vida.

Ao meu esposo, por suprir as minhas ausências e cumprir por muitas vezes o meu papel nos cuidados dispensados aos nossos filhos.

Aos meus amigos, de perto ou de longe, pela convivência e momentos de parceria. Em especial àqueles que me acompanharam durante a trajetória acadêmica.

Ao meu orientador, Antônio Paulo dos Santos Filho, pelos distintos ensinamentos passados durante todos esses anos, pela amizade, pela dedicação, atenção e tempo empregados na elaboração deste trabalho.

RESUMO

O estudo em questão tem como objetivo verificar se a infiltração do agente policial no crime organizado é legal. Tão logo, os objetivos específicos que foram traçados na finalidade de alcançar o objetivo geral são: analisar a legalidade das condutas dos agentes para formação do conteúdo probatório nas ações que permitem a utilização da infiltração de agentes de polícia; verificar as eventuais pertinências que afrontam o contraditório e a ampla defesa, no tocante às provas produzidas pelo agente de polícia infiltrado, nas atividades de combate ao efetivo do Crime Organizado, e; demonstrar a pertinência real da infiltração policial à finalidade investigativa para adquirir provas. O trabalho executado pelo agente de polícia infiltrada repercute amplamente na vida da sociedade, sua abordagem trata-se de um importante meio de prova; sua estrutura se encontra cada vez mais arquitetada, tornando cada vez mais complexa a aquisição da obtenção de provas. Para tanto, ao analisar acerca do Crime Organizado e compreender sua complexidade e danos para sociedade, a Lei n. 12.850/2013, traz em seu bojo, importantes respostas para a contenção das organizações criminosas. A atuação dos agentes de polícia infiltrados nessas organizações, tem contribuído para a implementação de controle e prevenção no aumento do crime organizado à luz da realidade brasileira. Por tal razão, viu-se a importância de abordar tal assunto. A metodologia utilizada na construção deste trabalho é de caráter bibliográfico, buscando dados para sua composição em acervos que possuem autores que relatam sobre o assunto e abordam, de forma clara e objetiva, o tema, o que possibilitará o alcance do objetivo proposto com a pesquisa. O que foi exposto no texto mostra a insegurança desses agentes que, muitas vezes, recebem uma valoração negativa diante do processo de apresentação das provas. No entanto, é preciso que se analise, com mais cautela, para que haja um índice cada vez maior de valoração positiva, uma vez que as provas apresentadas por esse agente servem de decisão judicial e até mesmo elucidação do crime, colocando um fim ao inquérito. Dessa forma, é possível entender, que o Estado pode – e deve, quando necessário – intervir de forma que vulnere direitos fundamentais dos indivíduos investigados na busca de uma melhor futura estabilidade democrática, pois as consequências da proliferação desse modelo de criminalidade trazem, para a sociedade, incertezas sobre o futuro das instituições democráticas e sobre as medidas que se farão necessárias para a manutenção da ordem e combate às organizações criminosas.

Palavras-chave: infiltrado. organizado. Valoração.

ABSTRACT

The study in question aims to verify if the infiltration of the police agent into organized crime is legal and effective in the procedures adopted against this practice of crime. So soon, the specific objectives set out in the purpose of achieving the general are: to analyze the legality of the agents' conduct for the formation of the evidentiary content in the actions that allow the use of the infiltration of police officers; verify the possible pertinence of the adversary and the ample defense regarding the evidence produced by the infiltrated police officer in the activities to combat the number of organized crime; demonstrate the real relevance of police infiltration to the investigative purpose of acquiring evidence. The work carried out by the infiltrated police officer has a wide repercussion on the life of the society, its approach is an important means of proof, its structure is increasingly architecturalized, making the acquisition of evidence more and more complex. To do so, when analyzing Organized Crime and understanding its complexity and damages to society, Law no. 12,850 / 2013, brings important responses to the containment of criminal organizations. The performance of police agents infiltrated in these organizations has contributed to the implementation of control and prevention in the increase of organized crime in the light of the Brazilian reality. For this reason, the importance of addressing this issue was seen. The methodology used in the construction of this work is a bibliographical one, searching for data for its composition in collections that have authors who report on the subject and approach, in a clear and objective way, the subject, which will make it possible to reach the objective proposed with the research . What has been exposed in the text shows the insecurity of these agents who are often given a negative valuation in the process of presenting the evidence, however, it is necessary to analyze with more caution so that there is an increasing index of positive valuation once that the evidence presented by this agent serves as a judicial decision and even elucidation of the crime by putting an end to the investigation. In this way, it is possible to understand that the State can - and should, when necessary - intervene in a way that violates fundamental rights of the individuals investigated in search of a better future democratic stability, since the consequences of the proliferation of this model of crime society, uncertainties about the future of democratic institutions and what measures will be required to maintain order and combat criminal organizations.

Keywords: Agent infiltrated. Organized crime. Positive valuation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ATUAÇÃO ESTATAL NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO	11
1.1 A LEI N. 9.034, DE 1995, E A LEI N. 10.217, DE 2001	11
1.2 IMPLEMENTAÇÃO DO DIPLOMA LEGAL NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO ATRAVÉS DA INFILTRAÇÃO	13
2 O CRIME ORGANIZADO	20
2.1 NO QUE SE CONSTITUI O CRIME ORGANIZADO	20
2.1.1 Tipos de Crime Organizado	23
2.2 AÇÕES REALIZADAS NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL: ATIVIDADE DE INFILTRAÇÃO POLICIAL: BREVE CONTEXTO HISTÓRICO	27
2.3 OS PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO	30
3 A INFILTRAÇÃO DOS AGENTES POLICIAIS NO CRIME ORGANIZADO	33
3.1 A RESPONSABILIDADE E LEGALIDADE DAS CONDUTAS DOS AGENTES PARA A FORMAÇÃO DO CONTEÚDO PROBATÓRIO NAS AÇÕES QUE PERMITEM A UTILIZAÇÃO DA INFILTRAÇÃO DE AGENTES DE POLÍCIA	33
3.1.1 Amparo Legal	35
3.2 A PERTINÊNCIA REAL DA INFILTRAÇÃO POLICIAL: A FINALIDADE INVESTIGATIVA PARA ADQUIRIR PROVAS NA LEI N. 12.850/2013	36
4 RESULTADOS OBTIDOS PELOS AGENTES POLICIAIS COM A INFILTRAÇÃO NO CRIME ORGANIZADO	39
4.1 A VALORAÇÃO DO CONTEÚDO PROBATÓRIO OBTIDO POR MEIO DA INFILTRAÇÃO, NO CONVENCIMENTO DO JUIZ	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	45

INTRODUÇÃO

O crime organizado no Brasil está cada vez mais em evidência. A criminalidade tem se organizado consideravelmente, adquirindo proporções assustadoras nas áreas dos poderes: administrativo, legislativo e judiciário e assombrando as autoridades que estão sempre na busca de soluções para o combate das organizações criminosas.

Várias são as ações empreendidas pelas Polícias Militar e Civil na persecução da prova, com a tentativa de demonstrar a atividade criminosa desenvolvida e em especial pela complexidade estrutural das organizações, para fornecer à Autoridade Policial e ao Ministério Público meio e instrumento para a formação do lastro probatório.

Retratar a ação policial no âmago das organizações criminosas também é uma dessas ações, integrando, como se criminoso fosse e com único propósito: subsidiar o Ministério Público na condenação dos seus integrantes, sobretudo os líderes que articulam todo o arcabouço.

Devido a dificuldade para a obtenção da prova, por vocação garantista-tecnicista, além do alto poder de intimidação imposto pelas organizações criminosas, justifica-se a busca por novos métodos de investigação, entre os quais a infiltração de agente policial.

O estudo em questão tem como objetivo verificar se a infiltração do agente policial no crime organizado é legal e efetivo, nos procedimentos adotados contra essa prática de crime. Tão logo, os objetivos específicos traçados na finalidade de alcançar o geral são: analisar a legalidade das condutas dos agentes para formação do conteúdo probatório nas ações que permitem a utilização da infiltração de agentes de polícia; verificar as eventuais pertinências que afrontam o contraditório e a ampla defesa, no tocante as provas produzidas pelo agente de polícia infiltrado,

nas atividades de combate ao efetivo do Crime Organizado, e; demonstrar a pertinência real da infiltração policial a finalidade investigativa para adquirir provas.

O trabalho executado pelo agente de polícia infiltrada repercute amplamente na vida da sociedade, sua abordagem trata-se de um importante meio de prova, sua estrutura arquitetada, torna cada vez mais complexa a aquisição da obtenção de provas.

No que tange ao ordenamento jurídico brasileiro, este preconiza que a infiltração de agentes através das Lei de Crime Organizado n. 9.034/95 e a Lei de Drogas n. 11.343/2006. Todavia, a Lei n. 9.034/95, trata da investigação e contenção de ações por organizações criminosas e permite a utilização da infiltração de agentes de polícia ou de inteligência. A conduta de investigação é prerrogativa dos agentes de polícia, tarefa constituída pelo órgão especializado pertinente mediante uma autorização judicial

Para tanto, ao analisar acerca do Crime Organizado e compreender sua complexidade e danos para sociedade, a Lei n. 12.850/2013, traz em seu bojo, importantes respostas para a contenção das organizações criminosas.

Salienta que para ter valor significativo no processo penal, a atividade de infiltração deve estar autorizada judicialmente. Além de ser sigilosa, deverá ser circunstanciada com a delimitação da atuação nos casos em que comprometam a intimidade e a vida privada dos investigados, bem como especificação do tempo de infiltração, só assim se garantirá a segurança jurídica de sua aplicação junto a sociedade.

A análise e aceitação das provas produzidas pelo agente infiltrado de polícia, nos processos contra o crime organizado, pode significar muito mais que admitir um elemento probatório durante a persecução criminal, é abrir as portas para mudanças significativas da construção dogmática, a ornar o sistema do Direito Penal do inegável caráter supranacional. Assim, contribuir com o processo de readaptação do Direito, em conformidade com o quadrante hodierno, mesmo que seja necessário suprimir um direito declaradamente individual em prol da coletividade, uma medida excepcional ante ações excepcionais da Organização Criminosa.

Dessa forma, as atividades policiais desenvolvidas por seus agentes na forma de infiltração nas organizações criminosas têm possibilitado o acompanhamento das ações dos criminosos, com o fito de adquirir informações para prevenção, a fim de reprimir as ações dessas organizações.

A atuação dos agentes de polícia infiltrados nessas organizações, tem contribuído para a implementação de controle e prevenção no aumento do crime organizado à luz da realidade brasileira. Por tal razão, viu-se a importância de abordar tal assunto.

O estudo tem por finalidade a abordagem de caráter qualitativo a partir de uma análise do mundo real a ser pesquisado e sujeito (veja o cabimento dessa palavra), assinalado na legislação atual pertinente do ordenamento jurídico brasileiro, que utilizará como base o método dedutivo. A metodologia utilizada na construção deste trabalho é de caráter bibliográfico, buscando dados para sua composição em acervos que possuem autores que relatam sobre o assunto e abordam o tema, o que possibilitará o alcance do objetivo proposto com a pesquisa.

O presente trabalho vem estruturado em quatro capítulos, quais sejam: o primeiro traz o relato sobre a evolução histórica da atuação estatal no combate ao crime organizado, expondo as justificativas e necessidades surgidas nesse contexto histórico, para que o Estado criasse um diploma legal que atuasse no combate ao crime organizado através da infiltração. O segundo traz o conceito de crime organizado, as ações realizadas no Brasil para o combate dessa prática e os principais envolvidos nesse processo. Já o terceiro capítulo traduz a prática exercida pelos agentes policiais quando veem a necessidade de infiltração nas organizações criminosas, no intuito de auxiliar o judiciário na elucidação dos crimes. Aborda ainda sobre a legalidade, ou seja, sobre o amparo legal que essa prática possui. E por fim, o quarto capítulo expõe os resultados obtidos pelos agentes policiais com a infiltração no crime organizado discorrendo sobre a valoração positiva das provas apresentadas pelo agente ao juiz após o cumprimento da diligência ressaltando a importância da valoração positiva destas provas já que estas serviram para a decisão judicial e um possível encerramento do inquérito.

1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ATUAÇÃO ESTATAL NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

1.1 A LEI N. 9.034, DE 1995, E A LEI N. 10.217, DE 2001

Faz-se necessário aprofundar um pouco mais sobre as Leis n. 9.034/95 e Lei N. 10.217/2001, antes de discorrer sobre o surgimento e implantação, pelo Estado, do diploma legal que atua no combate ao crime organizado através da infiltração.

A antiga Lei de Crime Organizado brasileira (Lei n. 9.034), como era conhecida, entrou em vigor em 1995, assim dispondo no seu artigo 1º: “Esta lei define e regula meios de prova e procedimentos investigatórios que versarem sobre crime resultante de ações de quadrilha ou bando”. Uma alteração terminológica foi efetuada seis anos depois, com a Lei n. 10.217, de 2001, estendendo os meios operacionais ali descritos para ações criminosas de organizações ou associações criminosas de qualquer tipo.

De um ponto de vista processual, a Lei destacou-se por prever o instituto da delação premiada (artigo 6º), que seria um acordo voluntário efetuado entre a autoridade judiciária e o agente criminoso, a fim de que este último coopere com a investigação criminal, em troca da redução da sua pena. Ademais, a Lei protelou o prazo para encerramento da instrução criminal (artigo 8º), determinou uma estruturação policial no combate às organizações criminosas, quadrilhas e bandos (artigo 4º) e enrijeceu determinadas normas processuais, como a liberdade provisória, que era vedada (artigo 7º), a apelação do réu em liberdade, que era proibida (artigo 9º) e o regime inicial fechado, que era imposto ao condenado (artigo 10º) (PRADO; CASTRO, 2010, p. 175 – 6).

Já do ponto de vista conceitual, a Lei pecou gravemente, mesmo com a alteração realizada em 2001. Ao criticar a Lei em questão, Fernandes (1995, p. 03) explica:

A lei seguiu um caminho próprio. Não definiu criminalidade organizada, desprezando a linha inicial do projeto. Não definiu, através de seus elementos essenciais, o crime organizado. Não elencou condutas que constituiriam crimes organizados. Preferiu deixar em aberto os tipos penais configuradores de crime organizado, mas, ao mesmo tempo, admitiu que qualquer delito pudesse caracterizar como tal, bastando que decorresse de

ações de bando ou quadrilha. É o que se depreende da leitura do art. 1º, segundo o qual é organizado o “crime resultante de ações de bando ou quadrilha”. Não foi boa essa orientação.

Na verdade, pode-se afirmar que a Lei n. 9.034/95, com a redação dada pela Lei n. 10.217/2001, tentou elaborar uma tipologia nova, porém, acabou por preferir locuções abertas que dependiam, na sua integralidade, de um exercício interpretativo, desrespeitando os princípios da taxatividade e da legalidade.

Só para ressaltar, o termo taxatividade é definido por Luisi (2002, p. 24), da seguinte forma:

O postulado em causa expressa a exigência de que as leis penais, especialmente as de natureza incriminadora, sejam claras e o mais possível certas e precisas. Trata-se de um postulado dirigido ao legislador vetando ao mesmo a elaboração de tipos penais com a utilização de expressões ambíguas, equívocas e vagas de modo a ensejar diferentes e mesmo contrastantes entendimentos. O princípio da determinação taxativa preside, portanto, a formulação da lei penal, a exigir qualificação e competência do legislador, e o uso por este de técnica correta e de uma linguagem rigorosa e uniforme.

Para o termo legalidade é possível explicá-lo através da Constituição Federal de 1988, dessa maneira:

Previsto no art. 5º, inciso XXXIX, da Constituição Federal, in verbis: “Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”.

Outrossim, a falta de conceituação gerou insegurança jurídica para a população, uma vez que, por previsão da Lei de Execuções Penais (Lei n. 7.210/84, com redação dada pela Lei n. 10.792/2003), há o recrudescimento da forma da aplicação da pena corporal para o caso de participação em organização criminosa, sem, contudo, haver em lei quais eram os critérios a serem considerados para configuração do delito, que exige mecanismos processuais mais severos.

A confusão cometida pelo legislador foi, portanto, errônea num duplo sentido: ela não implica na prescindibilidade da tipificação da organização criminosa, nem tampouco, torna adequada a aplicação de sanções processuais mais rigorosas para o delito de quadrilha ou bando, que não possui o grau de sofisticação do crime organizado. Foi devido a essa constatação e procurando acabar com a confusão

cometida, que o legislador brasileiro passou a elaborar diversos modelos de tipificação para o delito de crime organizado.

1.2 IMPLEMENTAÇÃO DO DIPLOMA LEGAL NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO ATRAVÉS DA INFILTRAÇÃO

Quando se fala em crime organizado e sobre a atuação policial no combate a esse delito depara-se com a citação de Beccaria (1995, p. 30) que comenta sobre a crueldade das penas.

Não é a crueldade das penas um dos mais grandes freios dos delitos, senão a infalibilidade delas... a certeza do castigo, ainda que moderado, causará sempre maior impressão que o temor de outro castigo terrível, mas que aparece unido com a esperança da imunidade.

As indagações realizadas de uma forma direta seria, por que o Estado viu a necessidade de criar um diploma legal que atuasse no combate ao crime organizado através da infiltração? São esses e outros questionamentos que serão abordados ao longo deste capítulo e durante toda a pesquisa.

Percebe-se, através das pesquisas, que a preocupação do legislador brasileiro em relação a grupos de indivíduos que, com *animus* associativo, praticam ações delituosas em conjunto é antiga. O Código Criminal de 1830 (PIERANGELI, 2001, p. 38) previa dois tipos penais de concurso necessário que tutelavam a ordem e a paz pública: as “sociedades secretas” e os “ajuntamentos ilícitos”:

Sociedades Secretas - Art. 282. A reunião de mais de dez pessoas, em uma casa em certos e determinados dias, somente se julgará criminosa, quando for para fim de que se exija segredo dos associados, e quando neste último caso não se comunicar em forma legal ao Juiz de Paz do distrito em que se fizer a reunião. Penas – de prisão por cinco a quinze anos ao chefe, dono, morador, ou administrador da casa; e pelo dobro, em caso de reincidência.

Já os ajuntamentos ilícitos eram denominados da seguinte forma:

Ajuntamentos Ilícitos – Art. 285. Julgar-se-á cometido este crime, reunindo-se três, ou mais pessoas, com a intenção de se ajudarem mutuamente para cometerem algum delito, ou para privarem ilegalmente a algum gozo, ou exercício de algum direito, ou dever.

Art. 286. Praticar em ajuntamento ilícito algum dos atos declarados no artigo antecedente. Penas – de multa de vinte a duzentos mil réis, além das mais em que tiver incorrido o Réu

Esse mesmo Código Penal de 1890, citado por Pierangeli (2001, p. 40) por sua vez, previa o tipo de “conspiração”, crime este que tutelava a segurança interna da República e o referido tipo de “ajuntamento ilícito”, mas com uma redação mais técnica.

É importante destacar que tanto no Código de 1830, quanto no de 1890, os crimes previstos tinham intensa conotação política, não sendo aplicados para a criminalidade comum. Com a entrada em vigor do Código Penal de 1940, surge, pela primeira vez, em nosso ordenamento, o tipo de “quadrilha ou bando”, copiado dos códigos europeus¹.

Pierangeli (2001, p. 284) coloca que:

Quadrilha ou Bando. Art. 288. Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes:
Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos. Parágrafo único. A pena aplica-se em dobro, se a quadrilha ou bando é armado.

O tipo do artigo 288, do Código Penal brasileiro, bem como os seus predecessores europeus, se baseia na teoria restritiva no que concerne a diferença entre autores e partícipes², conforme redação dada pela reforma de 1984, ao artigo 29, do Código Penal brasileiro³.

Outros tipos de associações criminosas, previstas como ato preparatório aos crimes principais, foram tipificados em leis extravagantes, como a Lei do Genocídio (artigo 2º, Lei n. 2889/1956), a Lei de Segurança Nacional (artigos 16 e 24, Lei n. 7170/1983) e a Lei de Drogas (artigo 35, Lei n. 11.343/2006).

¹ A primeira tipificação normativa é do Código Napoleônico de 1810, que na verdade previa o tipo legal de associação de pessoas com a finalidade delituosa e não o de crime organizado propriamente dito. O modelo de 1810 se manteve nas demais legislações sobre o tema por diversas décadas. Uma distinção legislativa mais efetiva entre bandos, quadrilhas, organizações criminosas e figuras assemelhadas começou a ser realizada apenas no final do século XX.

² Para a teoria restritiva, a distinção entre autores e partícipes está na realização ou não de elementos do tipo. Dessa forma, nas palavras do professor Rogério Greco: “para aqueles que adotam um conceito restritivo, autor seria somente aquele que praticasse a conduta descrita no núcleo do tipo penal. Todos os demais que, de alguma forma, o auxiliassem, mas que não viesse a realizar a conduta narrada pelo verbo do tipo penal seriam considerados partícipes” (GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal. Parte Geral**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2003, p. 475). Cumpre destacar que, para Zaffaroni, o art. 29 do CP adota a teoria restritiva da autoria, uma vez que se ocupou dos partícipes nos parágrafos 1º e 2º do referido artigo de forma especial (ZAFFARONI, Eugenio Raul. PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro. Parte Geral**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 4º Ed. 2002, p. 666).

³ Concurso de Pessoas. Art. 29. Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade. § 1º. Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço. § 2º. Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

Constata-se, portanto, que a maioria dos tipos penais em vigor foi elaborada quando ainda se lidava com a criminalidade tradicional, isto é, aquela direcionada a um bem jurídico determinado e específico, o que, de forma alguma, se compara com a criminalidade contemporânea que atinge bens jurídicos metaindividuais.

Se os princípios fundamentais do seu ordenamento jurídico nacional o permitirem, cada Estado Parte, tendo em conta as suas possibilidades e em conformidade com as condições prescritas no seu direito interno, adotará as medidas necessárias para permitir o recurso apropriado a entregas vigiadas e, quando o considere adequado, o recurso a outras técnicas especiais de investigação, como a vigilância eletrônica ou outras formas de vigilância e as operações de infiltração, por parte das autoridades competentes no seu território, a fim de combater eficazmente a criminalidade organizada (CONVENÇÃO DE PALERMO, A.P 2004)⁴.

Há algum tempo, o legislador pátrio se deu conta de que os meios tradicionais de investigação e obtenção de provas não se mostravam satisfatórios para o combate da criminalidade organizada. O temor de vingança, a intimidação das vítimas e testemunhas que com frequência retratavam seus depoimentos em juízo, a destruição ou obstaculização de evidências, entre outras atitudes, revelaram as dificuldades de apuração desse fenômeno. Nas palavras de Fassone (2009, p. 31):

Essa cultura da supressão da prova pode ser notada nas atitudes dos criminosos contemporâneos: a arma disparada para matar alguém é destruída, para evitar comparações com outros episódios de fogo; o automóvel utilizado não é apenas roubado, mas incendiado, para não deixar vestígios; o assassino, proveniente de muito longe, é desconhecido no ambiente onde age; os suspeitos procuram álibis convincentes e agem por meio de terceiros; os telefonemas dos sequestradores não duram mais tanto tempo para não permitir a identificação de sua origem; as fontes testemunhais, quando raramente existem, vêm intimidadas ou oprimidas; no interior do grupo criminoso as informações são rigorosamente restritas, para evitar os danos decorrentes de um possível dissociado no futuro.

Sendo assim, a tendência das legislações mais contemporânea é a adoção de novas técnicas investigativas que, por um lado, restringem certos direitos fundamentais dos investigados, mas que, em contraposição, obtêm um processo penal de resultados (PIMENTEL, 2006, p. 93). Faz-se imprescindível sublinhar que não se trata de supressão de garantias e direitos constitucionais, mas sim de

⁴**DECRETO Nº 5.015, DE 12 DE MARÇO DE 2004.** Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm Acesso em 19 de agosto de 2017.

utilização excepcional de métodos mais rigorosos de persecução criminal, a fim de se adequar à nova criminalidade, sempre em conformidade com os princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.

Moro (2010, p. 101) leciona que:

Por certo, há limites na utilização de tais métodos, por serem bastante agressivos à privacidade individual. Não se pretende a supressão da esfera privada, o que redundaria em Estado totalitário. Não obstante, com limites e controles, constituem o meio necessário para o desmantelamento de organizações criminosas e a colheita de informações e provas sobre crimes complexos.

O maxiprocesso penal Baltazar (2010, p. 239) como vem sendo conhecido, é o conjunto de meios específicos de prova ou técnicas de investigação que, visando compensar as dificuldades probatórias de crimes mais complexos, se vale da adoção de soluções negociadas, medidas processuais de prevenção do crime e métodos de inteligência na fase investigatória.

Esse novo processo penal já era adotado na Lei n. 9.034/95, com redação dada pela Lei n. 10.217/2001, no entanto foi aprimorado pela Lei n. 12.850/2013, que, nos termos do artigo 3º, prevê oito meios de obtenção da prova especiais:

Art. 3º. Em qualquer fase da persecução penal, serão permitidos, sem prejuízo de outros já previstos em lei, os seguintes meios de obtenção da prova: I - colaboração premiada; II - captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos; III - ação controlada; IV - acesso a registros de ligações telefônicas e telemáticas, a dados cadastrais constantes de bancos de dados públicos ou privados e a informações eleitorais ou comerciais; V - interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas, nos termos da legislação específica; VI - afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal, nos termos da legislação específica; VII - infiltração, por policiais, em atividade de investigação, na forma do art. 11; VIII - cooperação entre instituições e órgãos federais, distritais, estaduais e municipais na busca de provas e informações de interesse da investigação ou da instrução criminal.

Ao analisar o caminho percorrido pela legislação, pode-se afirmar que o instituto da Infiltração de Agentes é preceituado no artigo 10, da Lei n. 12.850/2013, da seguinte forma:

Art. 10. A infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, representada pelo delegado de polícia ou requerida pelo Ministério Público, após manifestação técnica do delegado de polícia quando solicitada no curso de inquérito policial, será precedida de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização judicial, que estabelecerá seus limites.

§ 1º Na hipótese de representação do delegado de polícia, o juiz competente, antes de decidir, ouvirá o Ministério Público.

§ 2º Será admitida a infiltração se houver indícios de infração penal de que trata o art. 1º e se a prova não puder ser produzida por outros meios disponíveis.

§ 3º A infiltração será autorizada pelo prazo de até 6 (seis) meses, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que comprovada sua necessidade.

§ 4º Findo o prazo previsto no § 3º, o relatório circunstanciado será apresentado ao juiz competente, que imediatamente cientificará o Ministério Público.

§ 5º No curso do inquérito policial, o delegado de polícia poderá determinar aos seus agentes, e o Ministério Público poderá requisitar, a qualquer tempo, relatório da atividade de infiltração.

Trata-se de uma técnica de investigação por meio da qual o policial, por meio de autorização judicial, após representação do Ministério Público ou do delegado de polícia, e omitindo sua condição de agente público, ingressa numa organização criminosa, com o escopo de conhecer melhor sua estrutura, seus integrantes, seu patrimônio e seu *modus operandi*.

A doutrina (SILVA, 2009, p. 30) elenca três elementos essenciais da infiltração: a dissimulação, haja vista que o policial deverá fazer uso de uma falsa identidade; o engano, pois se permite que o agente estatal cometa eventuais crimes para obter a confiança dos investigados e; a interação, já que a autoridade policial estará em contato direto com os supostos criminosos.

Torna-se oportuno ressaltar, todavia, que possíveis crimes praticados pelo policial infiltrado devem guardar a devida proporcionalidade, como determina o artigo 13 da Lei 12.850/2013:

Art. 13. O agente que não guardar, em sua atuação, a devida proporcionalidade com a finalidade da investigação, responderá pelos excessos praticados. Parágrafo único. Não é punível, no âmbito da infiltração, a prática de crime pelo agente infiltrado no curso da investigação, quando inexigível conduta diversa.

Ainda, tendo em vista a interação direta e pessoal do agente com os prováveis autores, o que coloca em risco a vida da autoridade policial, essa é uma técnica que deve ser utilizada em *ultima ratio*, isto é, apenas se a prova não for passível de ser obtida por outro meio.

Esse instituto também já era previsto na Lei n. 9.034/95, com a redação dada pela Lei n. 10.217/2001, em seu artigo 2º, inciso V, que coloca:

Art. 2º. Em qualquer fase de persecução criminal são permitidos, sem prejuízo dos já previstos em lei, os seguintes procedimentos de investigação e formação de provas: V – infiltração por agentes de polícia ou de inteligência, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes, mediante circunstanciada autorização judicial.

No entanto, foi apenas com a lei de 2013, que o procedimento foi regulado, determinando que somente são legitimados para requerê-lo o Ministério Público e o delegado de polícia, que todo o procedimento deverá ser sigiloso, que ele poderá ser realizado pelo prazo máximo de seis meses, passível de ser prorrogado, e que, findo esse prazo, um relatório circunstanciado será apresentado ao juiz competente.

Por fim, sendo um procedimento de alto risco, a operação pode ser sustada a qualquer tempo, mediante requisição do Ministério Público ou do delegado de polícia e, objetivando preservar o agente infiltrado, a nova lei expõe, em seu artigo 14 da Lei nº 12.850/2013, que:

Art. 14. São direitos do agente:

I - recusar ou fazer cessar a atuação infiltrada;

II - ter sua identidade alterada, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 9º da Lei no 9.807, de 13 de julho de 1999, bem como usufruir das medidas de proteção a testemunhas;

III - ter seu nome, sua qualificação, sua imagem, sua voz e demais informações pessoais preservadas durante a investigação e o processo criminal, salvo se houver decisão judicial em contrário;

É possível compreender os direitos que visam proteger sua identidade, permitindo que este se recuse ou faça cessar a atuação infiltrada.

Gomes e Silva (2015, p. 99) declaram que o marco regulatório da técnica especial de investigação de infiltração de agentes no campo da investigação criminal surge em meados da década de 80, do século XX, isso acontece, segundo eles, tanto nos ordenamentos jurídicos europeus, bem como os latinos americanos.

Bitencourt e Busato (2014 *apud* GOMES; SILVA, 2015) colocam que a legislação espanhola é uma das mais detalhadas sobre o tema e tem como objeto de constante doutrinário.

Para se abordar a realidade brasileira, a idealização pelos legisladores sobre a implementação da lei que permite aos agentes infiltrar nas organizações criminosas a fim de colher provas para elucidação de crimes, Snick (1997 *apud* GOMES; SILVA, 2015, p. 390) relatam o seguinte:

O Brasil tentou implementar pela primeira vez a técnica de investigação da infiltração de agentes com o Projeto de Lei 3.516/1989, de autoria do então deputado Michel Temer. Contudo, muito embora o aludido projeto de lei tenha sido transformado na lei 9.034/1995 (Lei de Combate às organizações Criminosas – atualmente revogada pela lei 12.850/2013), o aludido instrumento investigatório sofreu veto presidencial sob o seguinte argumento: “o referido dispositivo contrariava o interesse público, já que esta infiltração depende do Poder Judiciário, e, por isso, afrontava princípios do Direito Penal, no que se refere à exclusão da antijuridicidade.

Gomes e Silva (2015, p.88) ainda continuam dizendo que posteriormente, o Brasil, tomando por base o texto da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, adotada em Nova York, em 15 de novembro de 2000, promulgou a Lei n. 10.217/2001, que alterou a Lei n. 9.034/1995, para o inciso V ,ao artigo 2º, como já foi citado, implementando com isso o instituto da infiltração de “agentes de polícia ou de inteligência”, mediante autorização judicial.

Montoya (2007, p. 166) expõe que:

Os instrumentos tradicionais do Estado Liberal de Direito fracassaram na luta contra a criminalidade organizada. Por esta razão, os poderes públicos precisam contar com novos meios, tanto de direito penal material quanto de direito processual, meios estes que serão mais agressivos contra os autores.

Acredita-se ser por esse motivo que se considera que as características singulares apresentadas pela criminalidade organizada contemporânea repercutiram na moderna dogmática penal. Silva (2003, p. 33) afirma que:

A tipificação do crime organizado é considerada um dos grandes desafios para o direito Penal no século XXI, pois com base em um conceito delimitado será possível optar com maior segurança por um dos caminhos que se apresentam para o tratamento normativo do tema.

Entende-se, a partir da Lei n. 9.034/95, que o Estado, diante do clima de insegurança da população, a qual exigia uma resposta imediata do Governo para a questão da crescente violência no país e frente a conveniência do discurso de combate ao crime organizado começou a se movimentar. Assim idealizando estratégias para suprir as necessidades exigidas pela população ante dos altos índices de violência. E nesse intuito, começou a promulgação das referidas leis, já citadas, e então as decisões de legalizar a infiltração dos agentes nas organizações criminosas a fim de colher provas e elucidar crimes.

2 O CRIME ORGANIZADO

2.1 NO QUE SE CONSTITUI O CRIME ORGANIZADO

Para que haja uma melhor compreensão sobre o que realmente constitui crime organizado é preciso que se entenda a origem da expressão “*crime organizado*”. Segundo Gomes e Silva (2015, p. 25) esta expressão, mais precisamente *Organized Crime*⁵ foi concebida em 1919, pela **criminologia estadunidense**.

Segundo Santos (*apud* GOMES; SILVA, 2015) a expressão *Organized crime* surgiu para designar:

Um feixe de fenômenos delituosos mais ou menos indefinidos, atribuídos a empresas do mercado ilícito da economia capitalista criado pela “**lei seca**” **do VolsteadAct, de 1920**- portanto, uma categoria ligada ao aparecimento de crimes definidos como mais quiaprohibita, por oposição aos crimes como mala in se.

A indagação agora é como surgiu no Brasil e como conceituar organização criminosa. Gomes e Silva (2015, p.88) fazem uma referência ao 1º artigo, da Lei n. 9.034/1995, como sendo o embrião do sistema repressivo contra as organizações criminosas. Em sua redação originária o artigo rezava da seguinte forma:

Dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas.
CAPÍTULO I – Da Definição de Ação Praticada por Organizações Criminosas e dos Meios Operacionais de Investigação e Prova.
Art. 1º esta lei define e regula meios de prova e procedimentos investigatórios que versarem sobre crime resultante **de ações de quadrilha ou bando** (*grifo nosso*).

Ainda segundo Gomes e Silva (2015, p. 27) a referida Lei, citada acima, foi o **primeiro diploma normativo** que tratou do tema das Organizações Criminosas no Brasil.

Hoje no país destacam-se duas organizações criminosas: o Comando Vermelho, e o Primeiro Comando da Capital. Todavia, quanto ao Comando Vermelho sua primeira aparição se deu na década de 1980, nas penitenciárias do Rio de Janeiro, e tinha por escopo manter o controle do tráfico e entorpecentes nas

⁵Significado literal Crime Organizado no Brasil.

favelas ou morros cariocas. Para tanto, sua estratégia era de guerrilha urbana lideradas em alianças de esquerda armada e aproveitava a deficiência da segurança prestada pelo Estado para então dominar aqueles espaços, juntamente com suas ligações a Máfia Colombiana (NETO, 2012, p. 38).

Já a segunda organização criminosa, o Primeiro Comando da Capital, nasceu dentro do sistema penitenciário no Estado de São Paulo, em 1993, de acordo com alguns estudos. Algumas doutrinas pregam que essas organizações criminosas têm como fito a busca de melhores condições de vida dentro dos presídios e que organiza rebeliões e atentados dentro e fora dos presídios, com estatuto próprio para estruturar sua organização (MENDRONI, 2012, p. 67).

Assim, no que pese sobre as características das organizações criminosas para Sanctis (2009, p. 8) destaca que:

O conceito de crime organizado sempre envolve estrutura complexa e, de certa forma, profissionalizada. Não se trata de apenas de uma organização bem-feita, não sendo somente uma organização internacional, mas se caracteriza pela ausência de vítimas individuais e por um determinado *modus operandi*, com divisão de tarefas, utilização de métodos sofisticados, existência, por vezes, de simbiose com o Poder Público, além de alto poder de intimidação (forja clima de medo, fazendo constante apelo à intimidação e à violência).

Nesta contenda Mendroni (2012, p. 70) opina que organizações criminosas têm por objetivo a dominar manter agindo de forma violenta intimidando com armamentos pesados como: revólveres e pistolas, fuzís e metralhadoras, na sua maioria, até a guarnição policial, em sua rotina cotidiana, não utiliza tal porte de armamentos.

Chiavario (1995, p. 45) entende que, por organizações criminosas, dentre outros sentidos, estão as:

[...] Organizações robustamente radicadas sobre o território mas já também com estreitas ligações e ramificações internacionais, ligadas sobretudo aquele narcotráfico, que aqui na América Latina se sente com uma intensidade ainda mais assustadora. Organizações capazes de criar uma espécie de anti-ordenamento jurídico com próprias regras, próprios tribunais e, sobretudo, próprios executores de sentenças, mas também, como já dizíamos, de insinuar-se nas fibras mais íntimas das próprias instituições estatais; em uma rede de convivência e solidariedade que se imprimem em inércias difusas quando não em trocas de apoios ativos (e suspeitos, entre os mais inflamados, chegaram também a roçar personalidades já colocadas no vértice do aparelho estatal). Organizações, enfim, que nos últimos anos puderam aproveitar também da degeneração das relações entre o mundo dos negócios, com a ampliação do assim chamado sistema de propina (isto

é, das compensações distribuídas por baixo do pano pelos empreendedores públicos e privados, para partidos e homens de partido para obter vantagens de todos os gêneros) (CHIAVARIO, 1995, p. 41-2).

Se na definição de Franco (2002, p. 25) vislumbra-se algumas das características da criminalidade organizada, que, além da transnacionalidade, possui uma sofisticada estrutura organizacional, uma finalidade de obter lucros ilimitados, dificuldade de determinação territorial e capacidade de criar uma zona cinzenta entre o lícito e o ilícito.

Apesar de as críticas no sentido de que a norma utiliza termos vagos e imprecisos, não se pode esquecer que o crime organizado é um fenômeno dinâmico e flexível, sempre a atuar nas brechas legislativas e fragilidades do Estado.

Da mesma forma, Montoya (2007, p. 67) admite que ainda não há um conceito satisfatório de crime organizado, mas afirma que é possível definir as principais características:

1) O alto padrão organizativo; 2) A racionalidade do tipo de empresário da 'corporação criminosa', que oferece bens e serviços ilícitos (tais como drogas e prostituição) e vem investindo seus lucros em setores legais da economia; 3) A utilização de métodos violentos com a finalidade de ocupar posições proeminentes ou de ter o monopólio do mercado (obtenção do máximo lucro sem necessidade de realizar grandes investimentos, redução dos custos e controle da mão-de-obra); 4) Valer-se da corrupção da força policial e do Poder Judiciário; 5) Estabelecer relações com o poder político; 6) Utilizar a intimidação e o homicídio, seja para neutralizar a aplicação da lei, seja para obter decisões políticas favoráveis ou para atingir seus objetivos (MONTROYA, 2007, p. 67-68).

Mendroni (2002, p. 83) salienta que organização criminosa é uma empresa com o objetivo de praticar as mais diversas formas de crimes, detalhando que as tipicamente brasileiras têm observado os seguintes elementos: a) estrutura hierárquico-piramidal (com chefes, gerentes e aviões); b) divisão direcionada de tarefas; c) membros restritos; d) agentes públicos participantes ou envolvidos (quando não participam efetivamente do grupo, são corrompidos para viabilizar a ação das atividades criminosas); e) orientação para a obtenção de dinheiro e de poder; f) domínio territorial (MENDRONI, 2002, p.10).

É perceptível que, apesar da constante mutação do crime organizado, em alguns países, o combate a essas organizações já colhe significativos frutos, oriundos de políticas públicas que tiveram coragem suficiente para reconhecer o problema e, adiante, buscaram extirpá-lo do cotidiano de seus cidadãos de bem.

E, por isso, cada estado apresenta formas diversas de conceituar a criminalidade, de sorte que a concepção de organização delituosa acaba se moldando de acordo com a realidade territorial.

Dessa forma, apesar de alguns pontos comuns, o conceito sofre mudanças de acordo com as realidades sociais, políticas, econômicas ou religiosas de cada região. Diante desse quadro, alguns autores terminam por diferenciar substancialmente “máfia” de “crime organizado”. Enquanto, para outros, as expressões poderiam ser consideradas sinônimas.

No dia 24 de julho de 2012, promulgou-se a Lei n. 12.694, que passou a dispor sobre o processo e julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas, e o seu artigo 2º passou a conceituar “organização criminosa” para os **“fins desta lei”** (Gomes; Silva, 2015, p. 15).

Gomes e Silva (2015, p. 103) declaram que a doutrina festejou o conceito de Organização Criminosa trazida pelo artigo 2º, da Lei n. 12.694/2012, chegando a realizar afirmativas que, mesmo tendo legislador previsto que o conceito era “para os efeitos dessa lei”.

O conceito de organização dado pela Lei n. 12.694/2012, não mais é válido. Após esta lei, foi promulgada a Lei n. 12.850/2013, que também trouxe um diferente conceito de Organização Criminosa, não derogando de maneira expressa o conceito da Lei n. 12.694/2012 (GOMES; SILVA, 2015, p. 90).

Entende-se que, a partir daí o conceito de crime organizado está dado pela nova Lei, acima citada e, aos juízes compete seguir a nova Lei, respeitando o seu conceito de crime organizado, que nada mais é que a soma dos requisitos típicos do artigo 2º, com a descrição de organização criminosa do art. 1º, ambos da Lei n. 12.850/2013.

2.1.1 Tipos de Crime Organizado

Partindo da premissa de classificação dos diversos tipos de crimes existentes atualmente, faz-se necessário contextualizar historicamente a trajetória da formação das organizações nos mais diversos países pelo mundo e desta forma perceber que em cada lugar a formação das organizações criminosas atendiam características da época e da realidade vivenciada pelo país.

É difícil acreditar, no entanto, que a criminalidade organizada tem as suas origens bem antes da sua primeira conceituação ou tipificação normativa. Na verdade, desde que o homem se deu conta de que, mediante a união de esforços, mais fácil se afigura atingir os resultados pretendidos, a criminalidade, vem sendo uma atividade humana como qualquer outra, foi realizada em grupo, por meio de planejamento e organização.

Referente as associações ilícitas na Roma Antiga e na Idade Média, Fragoso (1988, p. 293) assevera que:

As associações ilícitas desde tempos remotos preocupavam os governantes, por motivos puramente políticos, ou seja, pelo perigo da sedição ou conjuração. Um texto de Marciano, inserto no Digesto (Lei nº 47, título 22,1) refere a proibição de confrarias ou sodalícios, e, de modo geral, de congregações ilícitas (*illicitum collegium*). (...) Desde a Idade Média, já havia registro das denominadas *conventiocola*. Esse nome designava, a princípio, reuniões eclesiásticas, tendo passado a corresponder a associações de homens armados, com o propósito de praticar saques, depredações e outros crimes, sendo objeto de severa repressão.

Resta claro que os fenômenos precursores da organização criminosa contemporânea não apresentavam todas as características exigidas pela doutrina para configuração do delito, mas traços semelhantes, como a hierarquia, a estabilidade, o uso da violência e a finalidade de lucro já podiam ser identificados até mesmo nos grupos de contrabandistas, piratas e mercenários dos séculos XVII e XVIII (BALTAZAR JUNIOR, 2010, p. 81) que atuavam em especial no roubo de cargas, os quais continham especiarias advindas das colônias.

É possível expor a evolução histórica perpassados por séculos na visão de mundo, pois foi justamente no século XVI, que surgiram as primeiras estruturas mais fortemente hierarquizadas e disciplinadas, principalmente oriundas de movimentos populares que lutavam, entre outros, contra o descaso assistencial do Estado.

Basta direcionar o olhar para a Ásia Oriental para perceber que foi na China, em 1644, que as tríades foram formadas, e sua finalidade original era a expulsão dos invasores ao Império Ming (SILVA, 2009, p. 27). A partir da proibição da produção e da comercialização do ópio, depois de um século de colonização e exploração britânica, esses grupos assumiram, sozinhos, o monopólio do mercado da heroína e, desde então, atuam predominantemente no mundo do tráfico de entorpecentes.

É necessário que se analise este contexto partindo das terras europeias. Na Espanha, por exemplo, na mesma época, fortalece-se o fenômeno do banditismo social, conhecido por “bandolerismo” (BALTAZAR JUNIOR, 2010, p. 54), que consistia numa espécie de protesto social contra a miséria na qual viviam os indivíduos das classes menos privilegiadas.

No oriente médio permanece o exemplo do Japão, que da mesma forma, engendra-se a Yakusa, que desde a época do Japão feudal explorava atividades lícitas, tais como: as casas noturnas, as agências de teatros e eventos esportivos, como atividades ilícitas, entre elas os prostíbulos, o tráfico de mulheres, drogas e armas e a lavagem de dinheiro. A partir do século XX, entretanto, o foco das ações criminosas recaiu sobre as “chantagens corporativas”, realizadas através dos “sokaiyas” (SILVA, 2009, p. 77), cuja função é adquirir ações de empresas para num futuro extorqui-las, sob a ameaça de divulgação de informações confidenciais aos concorrentes.

Ao observar todo esse contexto histórico pelo mundo, entende-se que o vínculo da organização se dá, desde as suas origens, por laços de fidelidade e obediência, como se tratasse da relação entre pais e filhos, com previsão de severas punições em casos de desobediência.

Exemplificando o caso da observação japonesa, a Yakusa, no atual contexto histórico, age especialmente, segundo Costa Junior e Pellegrini (1999, p. 68):

[...] no campo do tráfico de anfetaminas e de outros tipos de droga, na exploração da prostituição, no comércio de material pornográfico, nos jogos de azar, no racket dos transportes, da usura, da extorsão, no tráfico de imigrantes. Controla setores da construção, da especulação imobiliária e financeira, do esporte, do divertimento. Acha-se em condições de interferir em muitas empresas, seja com extorsão, seja com a condução de greves e protestos. Atingem um volume de negócios que supera dez bilhões de dólares.

A Itália, embora não até aqui citada, representou um fenômeno bastante conhecido. Teve sua origem em 1812, como movimento de resistência à realeza de Nápoles. Com a unificação da Itália, em 1865, esses grupos se solidificaram como movimentos nacionalistas pela independência da região. Porém, foi apenas a partir da metade do século XX, que as atividades transgressoras passaram a ser a finalidade principal dessas organizações.

Ziegler (1999, p. 44) explana, de forma exemplar, como se estruturou a Máfia

Italiana nesta nova fase de exclusividade, cometimento de ilícitos:

O movimento popular do sul da Itália se dividiu em vários grupos: a Cosa Nostra da Sicília, considerada a organização mais poderosa, agrupa cerca de 180 clãs, 5.550 “homens de honra” e 3.500 soldados (filiados), a Camorra, que controla a Campânia, vasta região agrícola e industrial do interior de Nápoles, que agrega 145 clãs e 7.000 membros, a Sacra Corona Unita, que atua na região da Apúlia, na costa do mar Adriático, e segundo estimativas conta com 500.000 membros; e a N'Drangheta, que congrega 80 clãs e aproximadamente 5.000 homens.

Na Rússia, a organização mais tradicional, a “Vor V Zakone”, foi criada no final do século XIX, na Sibéria, atuando mormente na prática de extorsão, tráfico de mulheres, corrupção, desvio de dinheiro público e roubos variados. Durante o período da guerra fria, diversos grupos mafiosos se formaram sob o manto da defesa do Estado contra o capitalismo e, por isso, foram abertamente aceitos pela população.

O histórico americano também merece destaque, pois o fenômeno da criminalidade organizada, nos Estados Unidos, adveio mais tardiamente, apenas no final da década de 20, devido a proibição da comercialização de bebidas alcoólicas. A fim de contrabandear o produto, foram formados os grupos conhecidos como “gangs”. O mais famoso deles foi chefiado por Al Capone, que formou uma verdadeira rede de contrabando de destilados, mediante corrupção de autoridades e chantagem a empresários (GODOY, 2011, p. 93).

Atualmente, nos Estados Unidos, as “gangs” passaram a atuar em outros setores, como o jogo e a prostituição, e o que se mostra mais interessante, convivem com as máfias ítalo-americanas formadas após as imigrações de famílias italianas em virtude da Segunda Guerra Mundial. Outro tipo de crime organizado, baseado em moldes empresariais, também é observado.

O que dizer sobre as terras colombianas? Os cartéis do narcotráfico surgiram como efeito da dominação, pelos produtores locais, do cultivo da coca, após anos de exploração espanhola. Do ponto de vista histórico, os principais cartéis, desmantelados na década de 90, foram o de Medellín, liderado por Pablo Escobar, e o de Cali, dirigido pelos irmãos Orejuela.

Oliveira (2008, p. 81) vai dizer que o primeiro, mais antigo, foi estruturado numa época em que os chefes do narcotráfico viviam nas grandes cidades e, devido a sua condição, desfrutavam de alto status social. Além disso, a estrutura do cartel

era grandiosa, isto é, realizava-se das tarefas mais básicas (como a plantação da cocaína) até as mais complexas (como a administração dos negócios e a lavagem de dinheiro).

2.2 AÇÕES REALIZADAS NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL. ATIVIDADE DE INFILTRAÇÃO POLICIAL; BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

Abordar sobre as ações realizadas e sobre a infiltração de agentes policiais, sem quaisquer dúvidas, consubstancia-se numa árdua tarefa aos operadores do direito pátrio, seja por tratar-se de figura bem recente em nosso ordenamento, seja pela escassez de material legislativo disciplinando o tema.

Por certo, na primitiva redação da Lei n. 9.034, constante no Diário Oficial de 04 de maio de 1995 (p. 6241), inexistia qualquer referência sobre infiltração de agentes no crime organizado, subsistindo, naquela época, discussão teórica baseada em experiências estrangeiras.

Basta observar que, no Brasil, enquanto o presidente Michel Temer, na época deputado federal, apresentava o Projeto de Lei n. 3.516, em 24 de agosto de 1989⁶ noutra realidade, em Portugal, seis anos antes, o Decreto-Lei n. 430/83, já disciplinava este importante instrumento de combate à criminalidade.

Vale ressaltar que, embora a figura do agente infiltrado estivesse contemplada no Projeto de Lei em testilha, não foi mantida a previsão quando o diploma entrou em vigor.

Na oportunidade, o Presidente da República optou por vetar o inciso I, do artigo 2º, que rezava:

Artigo 2º – Em qualquer fase da persecução criminal que verse sobre ação praticada por organizações criminosas são permitidos, além dos já previstos na lei, os seguintes procedimentos de investigação e formação de provas: I – infiltração de agentes de polícia especializada em quadrilhas ou bandos, vedada qualquer co-participação delituosa, exceção feita ao disposto no art.288 do Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, de cuja ação se pre-exclui, no caso, a antijuridicidade;

Dessa forma, acordou-se que, o teor, afrontaria o interesse público. Nesse raciocínio, a Mensagem n. 483, incluindo em seu bojo as razões do Ministério da

⁶ Conforme noticiado pelo “Diário do Congresso Nacional”, Seção I, de 25 de agosto de 1989, p.8555, que deu origem à Lei 9.034/95

Justiça sobre o assunto, assinalava que o dispositivo contrariava o interesse público, pois permitia que um agente policial, independentemente de autorização judicial, se infiltrasse em quadrilhas ou bandos. Lembrou a mensagem de veto que a redação do projeto original, criado na Comissão de Constituição e Justiça e Redação, condicionava a infiltração à prévia obtenção de autorização judicial⁷.

É imprescindível que se ressalte o fato ocorrido naquele momento, no qual o país estava sendo atingido por uma onda de violência, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, onde o tráfico de drogas gerava consequências devastadoras. Assim, em regime de urgência constitucional, foi enviado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei n. 3.275/00 (PACHECO, 2007, p. 112-3).

Posto isso, o ordenamento recebeu a Lei n. 10.217/2001, que incluiu o inciso V, ao artigo 2º, da Lei n. 9.034/95, o qual trouxe, finalmente, o agente infiltrado ao nosso sistema legislativo.

Pela leitura do texto legal, poder-se-ia, num breve resumo, definir agente infiltrado como:

o membro de grupo policial ou de inteligência que, mediante circunstanciada autorização judicial, termina inserido na estrutura do crime organizado, instante em que passa a ser um de seus integrantes, com o escopo primordial de conhecer-lhe a estrutura, o funcionamento, identificar seus integrantes e reconhecer seus líderes, além, evidentemente, de colher elementos probatórios para futura ação penal (ALMEIDA, 2010, p. 84).

Almeida (2010, p. 90) ainda declara que a descrição legal do instituto se apresenta sobremaneira genérica e inviabiliza, por vezes, sua aplicabilidade prática. O legislativo perdeu, com a redação apresentada, ótima oportunidade para disciplinar a atividade do agente infiltrado e, conseqüentemente, dificultou a atuação estatal nesse sentido.

Mendroni (2006, p. 80), a seu modo, salienta que a infiltração de agentes:

Consiste basicamente em permitir a um agente da Polícia ou de serviço de inteligência infiltrar-se no seio da Organização Criminosa, passando a integrá-la como se criminoso fosse, - na verdade como se um novo integrante fosse. Agindo assim, penetrando no organismo e participando das atividades diárias, das conversas, problemas e decisões, como também por vezes de situações concretas, ele passa a ter condições de melhor compreendê-la para melhor combatê-la através do repasse das informações às autoridades.

⁷ (Conforme exposto no sítio eletrônico da Presidência da República Federativa do Brasil, em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/Mensagem_Veto/anterior_98/VEP-LEI-9034-1995.pdf)

Pinto (2007, p. 68) assevera que:

A infiltração consiste na introdução de agentes de polícia ou de inteligência no meio da organização sem que sua real atividade seja conhecida, para nela trabalhar e viver temporariamente, como parte integrante dela, com a finalidade de descobrir a forma como as suas atividades são desenvolvidas, seus pontos vulneráveis, as pessoas que dela fazem parte e os cargos que hierarquicamente ocupam dentro da organização, os seus fornecedores, sua clientela, seus auxiliares com vinculações estatais, seu real poder de comando e de abrangência, seus planos e forma de atuação e execução, captação de documentos e informações, enfim tudo que possa servir para esclarecer as atividades ilegais e obter provas necessárias para o procedimento judiciário.

Almeida (2010, p. 91) declara que embora a doutrina venha se preocupando em discutir os limites do agente, estabelecendo-se aspectos norteadores de sua atuação, todo o trabalho investigativo corre o risco de esbarrar na ausência de pormenorização legal, fulminando de nulidade bons trabalhos de infiltração amparados somente em interpretações doutrinárias que, por sua natureza, poderiam ser duramente questionadas em nossos Tribunais.

Entretanto, a doutrina ainda tenta compreender o verdadeiro alcance da expressão “agente infiltrado” e, também, apontar a deficiência de nossa previsão legislativa, na esperança do surgimento de um novo texto legal que pormenorize a utilização desse meio de investigação.

Aclarando o assunto, a argentina Claudia Santamaría, ao definir agente infiltrado, asseverou que, naquele país, além do policial, também é possível o uso das forças armadas para a escolha do agente infiltrado. Por lá, nos dizeres da autora, observa-se a finalidade de investigar internamente a organização criminosa, mormente na percepção do cometimento e preparação de ilícitos, informando sobre tais circunstâncias para, conforme o caso, descobrir a empreitada, podendo o agente estatal participar da atividade ilícita e, também, ter preservada sua verdadeira identidade (SANTAMARIA, 2000, p.1).

No tocante aos primórdios da infiltração policial, há mais de 2.500 anos, a ideia do homem de confiança que convivia nas hostes inimigas que de lá trazia dados excepcionais que constituía técnica militar das mais antigas, situação fática relatada na literatura Arte da Guerra, escrito por Sun Tzu (1999, p. 80), que da qual, o antigo general chinês explica a importância dos espões para o sucesso nos campos de batalha.

De outro modo, cita-se, no que tange aos denunciadores francêses, que desvendavam a sociedade inimigos políticos do Rei da França, notadamente na ocasião de Luiz XV, que também remete-se como origem do agente infiltrado. No que resulta nessa peleja, o esquadrão especial irlandês (Special Irish Branch), que foi designado pela polícia Londres, em 1883, para cuidar dos revolucionários irlandeses. Nesse diapasão, o uso sistemático e formal da infiltração, com características próximas daquelas hoje presentes no agente, se deu, de início, pela polícia de Paris em meados do século XVIII (LIMA, 2013, p. 23). Contudo, a infiltração sempre esteve presente de maneira direta ou indireta há muitas décadas no Brasil e no mundo.

2.3 OS PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

A segurança pública vem, ao longo do tempo, buscando soluções para a contenção dessas organizações criminosas, dentre elas a infiltração policial. Neste sentido Pacheco (2007, p. 109) ensina que muitos são os conceitos de agente infiltrado encontrados nas doutrinas brasileiras sendo que o “agente infiltrado é um funcionário da polícia que, falseando sua identidade, penetra no âmago da organização criminosa para obter informações e dessa forma, desmantelá-la”.

Lima (2013, p. 582) ensina que o agente infiltrado se denomina de “undercover agente”, trata-se de um agente integrante da estrutura dos serviços policiais ou do órgão da inteligência que se infiltra em uma organização criminosa, passando por um deles, e sua verdadeira identidade é oculta com intuito de provocar a desarticulação da organização criminosa. Ainda ensina que, tal conduta de investigação só é possível se for feita por um agente de polícia, inteligência ou tarefa de investigação constituída pelo órgão especializado pertinente, mediante de uma autorização judicial. No entanto, menciona a Lei de Drogas, Lei n. 9.034/95, revogada pela Lei n. 12.850, de 2 de agosto de 2013, que a autoriza para a infiltração do agente de inteligência, porém, prerrogativa apenas dos agentes de polícia.

O autor supracitado menciona que, segundo a Lei n. 9.883/99, são denotados como inteligência os meios de atividades que obtém análise e

disseminação de conhecimento dentro e fora do território nacional.

Assim, Silva (2009, p. 74) descreve que a infiltração de agentes consiste numa técnica de investigação criminal pela qual um agente do Estado, mediante prévia autorização judicial, infiltra-se numa organização criminosa, simulando a condição de integrante, para obter informações a respeito de seu funcionamento.

Apresenta ainda, três características básicas:

- a-Dissimulação – ocultação da condição de agente oficial e de suas verdadeiras intenções;
- b-Engano posto que toda operação de infiltração se apoie numa encenação que permite ao agente a confiança do suspeito;
- c-Interação – relação direta entre o agente e o autor potencial.

Nessa discussão Medroni (2007, p. 53-4) ressalta que a atividade de infiltração consista na penetração do agente infiltrado no organismo das atividades diárias, das conversas, problemas e decisões que envolvem a organização criminosa, como, também por vezes, em situações concretas o agente passa a ter condições de melhor compreendê-la para melhor combatê-la através do repasse das informações às autoridades.

Segundo Lima (2014, p. 565) são classificados quatro tipos de infiltração como expõe:

Duas apresentadas pela doutrina norte-americana, que são a light cover e a deep cover. A primeira espécie de infiltração é mais tranquila, mais branda, tendo em vista que sua duração não ultrapassa o período de seis meses, além de não ser necessária a troca de identidade do agente, o afastamento de sua família e o contato direto e constante do agente com os criminosos; já a segunda modalidade citada são infiltrações mais complexas, considerando que sua duração geralmente ultrapassa os seis meses e exige do agente uma doação maior, pois o mesmo deve entrar e se manter camuflado no seio da organização criminosa para conseguir as provas necessárias.

As duas espécies restantes são denominadas pelo autor como infiltração preventiva, que é aquela em que o agente se infiltra para observar o funcionamento das organizações, não tomando nenhuma postura ativa, visando agir somente no momento de desarticular as associações; e a outra é conhecida como infiltração repressiva, em que o agente infiltrado vai atuar ativamente na organização, cometendo os ilícitos que são praticados pelo grupo, visando também conseguir o maior número de informações possíveis para ajudar no combate de tais sociedades criminosas.

Ainda na visão do autor supracitado, são evidentes as vantagens advindas desse tipo de mecanismo processual, fatos criminosos não esclarecidos podem ser desvelados, *modus operandi*, nomes principais de “cabeças” da organização, bens, planos de execução de crimes, agentes públicos envolvidos, nomes de empresas e outros mecanismos utilizados para a lavagem de dinheiro, etc.

Até neste ponto foi tratado sobre o conceito de crime organizado e como ele é conceituado através da lei. Também foi possível entender sobre uma das ações policiais que é a infiltração, como forma investigativa e ferramenta no combate ao crime organizado.

3 A INFILTRAÇÃO DOS AGENTES POLICIAIS NO CRIME ORGANIZADO

3.1 A RESPONSABILIDADE E LEGALIDADE DAS CONDUTAS DOS AGENTES PARA A FORMAÇÃO DO CONTEÚDO PROBATÓRIO NAS AÇÕES QUE PERMITEM A UTILIZAÇÃO DA INFILTRAÇÃO DE AGENTES DE POLÍCIA

De acordo com Lima (2013, p. 589), as Leis n. 9.034/95, e n. 11.343/06, nada mencionam sobre a responsabilidade criminal do agente infiltrado. Nessa discussão, frisa-se que a omissão da lei não poderá punir pela conduta do crime de quadrilha, da mesma forma associação ou bando criminosos de acordo com artigo 35, da Lei n. 11.343/06.

Nas palavras de Pacheco (2007, p. 135), “[...] se o agente comete o crime sem o fim de lesar ou pôr em perigo o bem jurídico, fica isento de responsabilidade penal, ao contrário, se põe em perigo o objeto da ação ou se conforma com a possibilidade de lesão do bem jurídico, age em dolo eventual, portanto, punível.”

De acordo com Moraes (2012, p.139), na infiltração tem que haver toda uma preparação do agente que está envolvido. Sendo que, é dever do Estado dar toda a estrutura e aparato para o desenvolvimento, bem como acompanhamento desses agentes, para ter o êxito na colheita do maior número de provas possível ou suficiente para prisões dos integrantes que compõem as organizações criminosas.

Conforme os ensinamentos de Greco (2007, p. 190):

Fala-se em dolo eventual quando o agente, embora não querendo diretamente praticar a infração penal, não se abstém de agir e, com isso, assume o risco de produzir o resultado que por ele já havia sido previsto e aceito.

Nessa contenda, ressalta Tourinho (2003, p. 7) que para a “negativa do agente infiltrado em participar de alguma atividade criminosa poderá despertar a desconfiança dos integrantes da associação, com riscos a sua integridade física ou à própria vida”.

Rocha (2001, p. 155) entende que, muitos são os emaranhados desafios encontrados pelos policiais, justifica-se a presença de um agente infiltrado nas organizações criminosas na qualidade de representante do Estado, no entanto sua vontade deve ser de forma espontânea e voluntária conforme expõe:

Do ponto de vista fático, parece inegável que a atuação do agente infiltrado está cercada de gravíssimos riscos à sua integridade física como a de seus familiares. Por fim, como regra geral de todo e qualquer meio de investigação, a infiltração requer como característica básica o sigilo da missão de infiltração. A princípio para a própria segurança pessoal do infiltrado (ROCHA, 2001, p. 84).

Para Jesus (2005, p. 1), as condutas do agente infiltrado de polícia são manifestadas de diversas formas, uma delas é simplesmente exercer o papel de informante, transmitindo as informações das quais tem conhecimento para a autoridade que a investiga.

Guimarães (2002, p. 57) em um artigo publicado no site Jus.com.br com o título “*O agente infiltrado na investigação das associações criminosas*”, escreve que recentemente, a prisão de certo traficante revelou como os métodos de investigações tradicionais perdem para o crime organizado, com o qual, inclusive, consegue burlar o sistema de controle de uma prisão de segurança máxima.

Apesar da vulnerabilidade processual, os primeiros passos para um combate eficiente é conhecer e compreender as formações decorrentes das atividades criminosas, seus planos; descobrir quem comanda, quem executa e quem, mesmo que indiretamente, está vinculado nesse processo. Da mesma forma, descobrir como recolocam no mercado financeiro o dinheiro oriundo de atividade ilícita para atividade lícita.

A respeito dos demais institutos e mecanismos de combate nesses tipos de crimes, é a figura do agente infiltrado de polícia que vai responder demasiadamente os anseios de combate tanto desejado, como afirma Glenney (2008, p. 410) “a chave para o sucesso da repressão policial ao crime organizado está em seguir a trilha do dinheiro”.

Esta atividade de infiltração de natureza instrutória, com vistas da sentença condenatória de seus integrantes, mesmo que se mostrem restritivas a direitos fundamentais, pois se de um lado o Estado deve buscar reprimir com eficiência a criminalidade organizada, do outro não se pode tolerar excessos durante a atuação do agente infiltrado, muito embora seja aceitável o cometimento de crimes, o que se deve sopesar é quão razoável é sua conduta diante das apurações, afinal, uma conduta mais gravosa que as apuradas não é aceitável. Por hora observou-se que a utilização desse meio de obtenção de prova deve ser motivada, bem como sigilosa com prévia autorização judicial (Lei n. 12.850/2013).

3.1.1 Amparo Legal

Ao referir-se à conduta ou postura dos agentes diante das apurações, conforme já citado, é necessário que haja cautela para não haver excessos. A regulamentação para a conduta está amparada nas Leis n. 12.850 e n. 11.343/06, seus preceitos são aspirados da Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional realizada na cidade de Palermo e adotada em Nova York, em 15 de novembro de 2000, do qual o Brasil é signatário, ratificado através do Decreto n. 5.015, de 12 de março de 2004, e que traz em seu bojo o artigo 20, a previsão de infiltração de agentes, *in verbis*:

Artigo 20 - Técnicas especiais de investigação¹. Se os princípios fundamentais do seu ordenamento jurídico nacional o permitir, cada Estado Parte, tendo em conta as suas possibilidades e em conformidade com as condições prescritas no seu direito interno, adotará as medidas necessárias para permitir o recurso apropriado a entregas vigiadas e, quando o considere adequado, o recurso a outras técnicas especiais de investigação, como a vigilância eletrônica ou outras formas de vigilância e as operações de infiltração, por parte das autoridades competentes no seu território, a fim de combater eficazmente a criminalidade organizada.

Vale ressaltar que a Convenção não buscou definir o tema aos seus países signatários, apenas trouxe conceitos importantes, estabelecendo que o uso do agente infiltrado seja ordenado de acordo com cada Estado, visando sempre o mecanismo de combate efetivo ao crime organizado.

Nesse sentido, a Lei n. 12.850/13, expõe:

Art. 3º Em qualquer fase da persecução penal, serão permitidos, sem prejuízo de outros já previstos em lei, os seguintes meios de obtenção da prova: VII - infiltração, por policiais, em atividade de investigação, na forma do Art. 11. O requerimento do Ministério Público ou a representação do delegado de polícia para a infiltração de agentes conterão a demonstração da necessidade da medida, o alcance das tarefas dos agentes e, quando possível, os nomes ou apelidos das pessoas investigadas e o local da infiltração.

Quanto a definição através da Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas) traz a seguinte redação em seu art. 53, I, *in verbis*:

Em qualquer fase da persecução criminal relativa aos crimes previstos nesta Lei, são permitidos além dos previstos em Lei, mediante autorização judicial e ouvido o Ministério Público, os seguintes procedimentos investigatórios: I – a infiltração por agentes de polícia, em tarefa de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes.

Todavia, para John (2014, p. 25) na infiltração policial seu uso se dá forma imprescindível como meio de prova, seu controle se tem como premissa o rígido controle judicial, como expressado na legislação vigente e princípios constitucionais como:

Legalidade (a infiltração deve obedecer às normas previstas em lei e a atuação do agente deve respeitar as exigências legais); da subsidiariedade (esse meio de investigação somente deve ser utilizado quando não for possível obter os mesmos resultados por outra forma menos invasiva); e da proporcionalidade (agente deve atuar visando sempre guardar a devida proporcionalidade com a finalidade da investigação, evitando excessos), para que as garantias e direitos fundamentais dos investigados sejam respeitados e preservados o interesse da coletividade.

É de suma relevância observar que nessas Leis o legislador se preocupou apenas com o Agente Infiltrado de Polícia, diferente do Agente Infiltrado de Inteligência. O policial infiltrado, deverá apenas obter provas e identificar os autores dos crimes na organização criminosa. Isso porque, o agente infiltrado de inteligência tem a missão única e exclusiva de fornecer subsídios ao Presidente da República, nos assuntos de interesse nacional.

3.2 A PERTINÊNCIA REAL DA INFILTRAÇÃO POLICIAL: A FINALIDADE INVESTIGATIVA PARA ADQUIRIR PROVAS NA LEI N. 12.850/2013

Outra discussão que se coloca acerca do agente infiltrado se refere a finalidade da operação, ou seja, o que se busca com a realização de tão perigosa e complexa operação. Dessa forma, resta ainda analisar quais são os objetivos que o Estado pretende alcançar ao desencadear tal medida.

Não basta tão somente dar conta de que a medida serve de combate ao crime organizado, numa resposta que denota extrema singeleza. É preciso, pois, indagar como a operação se prestará ao desiderato para o qual se serve, logrando êxito ao final de seu percurso.

Sabe-se que a Lei n. 12.850/2013, define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei n. 9.034, de 3 de maio de 1995; e

dá outras providências⁸.

Observa-se, em apertada síntese, que a Lei n. 12.850/13, no capítulo 2, seção III, art. 10 e seguintes, estabeleceu como requisitos para a infiltração de agentes alguns cuidados específicos. A preocupação pautou-se na necessidade de limitar a atuação estatal no uso de instrumento invasivo aos direitos fundamentais individuais, quando o intento é fomentar um juízo condenatório.

Com isso entende-se o porquê da restrição, quando autores, aqui citados, expõe sobre quem pode e quem não pode se infiltrar. Apenas agentes policiais federais ou estaduais poderão ser inseridos nas organizações criminosas. Tão logo, entende-se que não é possível a infiltração de policiais militares, agente de inteligência de outros órgãos diversos da polícia, ou civis dentro das organizações criminosas, cabendo tal mister exclusivamente à polícia judiciária investigativa.

Lima (2014, p. 21) explica a finalidade desta infiltração e sobre sua pertinência:

Após a infiltração passa pelo crivo da análise do magistrado, que diante de razões fundadas, autorizará ou não de forma fundamentada e racional a utilização desse meio de prova. A decisão do juiz, em caso de autorização, deverá se ater ao máximo de detalhes possíveis a serem seguidos pelo agente policial, prevendo, sempre que possível, o espaço de atuação e a intensidade de suas condutas.

Aqui, colaciona-se a ressalva elaborada por Oliveira (2013, p. 38) ao afirmar que “o alcance da tarefa dos agentes, o que somente poderá ser objeto de especulação, até por que, em princípio, nada se saberá acerca do modo em que será recebida a infiltração pela organização criminosa”.

Lima (2014, p. 21) assevera que após a autorização da infiltração, o juiz realiza o controle externo no intuito de verificar se a legalidade dos atos exercidos pelo agente estão sendo cumpridos durante o curso de diligência e é claro para verificar a necessidade de manutenção.

Nucci (2013, p. 73) por sua vez expõe o seguinte sobre o referido assunto:

Poder-se-ia argumentar não ser ideal a participação ativa do magistrado nesta fase da investigação criminal, porque ele poderia comprometer a sua isenção. Tal alegação, em nosso entendimento não é válida: a) o juiz que acompanha qualquer inquérito, no Brasil, como regra, não é o mesmo a

⁸ **Lei 12.850/13.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei_l12850.htm

julgar o feito; b) nas Comarcas menores, onde o juiz exerce todas as funções, deve atuar com a mesma imparcialidade que lhe é exigida quando decreta uma quebra de sigilo, uma interceptação telefônica ou uma prisão temporária, durante o inquérito, para, depois receber eventual denúncia e julgar o caso; [...]

Diante do exposto, é preciso entender que a finalidade da infiltração policial deve ser vista como a ultima ratio das medidas investigativas quando não existir possibilidade de produzir provas por outro meio.

Dessa forma, a Lei n. 12.850/13, constituiu requisitos sólidos a serem lembrados, quando da ordem e sustentação da infiltração de agentes policiais, sob pena de o meio de prova revestir-se de flagrante ilegalidade, não podendo ser aproveitado na fase processual. Desse modo, é necessário que se respeite rigidamente as atuais limitações impostas ao poder estatal, para que se possa utilizar a infiltração de agentes como meio extraordinário de obtenção de prova contra as organizações criminosas.

4 RESULTADOS OBTIDOS PELOS AGENTES POLICIAIS COM A INFILTRAÇÃO NO CRIME ORGANIZADO

4.1 A VALORAÇÃO DO CONTEÚDO PROBATÓRIO OBTIDO POR MEIO DA INFILTRAÇÃO, NO CONVENCIMENTO DO JUIZ

Conforme apresentado nos capítulos anteriores, observou-se que a infiltração de agentes é a maneira como um agente do Estado, mediante autorização deste, infiltra-se em uma organização criminosa para desvendar como ela funciona, com o propósito de desmantelá-la, por meio da obtenção de informações fornecidas por seus integrantes. O questionamento produzido após esta ação é: qual o valor do conteúdo probatório obtido por meio da infiltração, no convencimento do juiz?

Gomes e Silva (2015, p. 408) declaram que:

A infiltração é medida cautelar probatória por conta das provas concretas por meio delas carregadas e não pela infiltração em si, até porque o agente tem o direito de conservar a sua identidade em sigilo, logo os seus relatórios em si não possuem o menor valor probatório, haja visto o artigo 5º da Constituição Federal de 1988 (que veda o anonimato).

Os autores acima citados classificam os relatórios apresentados pelos agentes (sem assinatura em virtude do sigilo) de apócrifos, e declaram que as provas precisam ser concretas e que desta forma explica o fato de o valor probatório dado a infiltração não se reside nela própria e sim em todas as peças e elementos de provas que a infiltração venha alcançar (GOMES; SILVA, 2015, p. 408).

É certo que além da infiltração os agentes buscam, após isto, a valoração positiva da ação e das provas por eles colhidas e apresentadas, uma vez que estes agentes são autorizados a realizar tal diligência e durante, são monitorados; tão logo a valoração é algo almejado por eles como resultado obtido através da ação, sendo que este resultado é positivo, uma vez comprovada a valoração positiva pelo juiz das provas colhidas pelo agente infiltrado é possível comprovar a autoria e materialidade do crime propiciando o juiz à conclusão do inquérito.

Sobre o assunto da valoração positiva das provas, Mirabete (2000, p. 38), afirma que prova é produzir um estado de certeza na consciência e mente do juiz, para a sua convicção a respeito da existência ou inexistência de um fato, ou da verdade ou falsidade de uma afirmação sobre uma situação de fato, que se

considera de interesse para uma decisão judicial ou a solução de um processo.

Quando os autores, já citados até aqui, declaram ser importante e recomendável a combinação da infiltração dos agentes com a utilização de recursos que produzam provas mais concretas como: as captações ambientais de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos através do uso de equipamentos de filmagem ou captação de conversas. Entende-se que, se não houver estes recursos agregados à valoração positiva almejada pelo agente infiltrado após a ação se torna em vão, pois o estima probatório da ação não habita nela própria, e sim em todas as peças de informação.

O depoimento de agentes policiais sempre causou grande discussão no âmbito jurisprudencial, pois, por terem participado das diligências, não serão imparciais em suas manifestações em juízo. No entanto, com base no art. 202, do Código de Processo Penal, é possível que qualquer pessoa seja considerada testemunha, razão pela qual não se pode recusar o devido valor ao depoimento policial, ressalvadas as hipóteses de suspeição ou impedimento.

Por óbvio, a valoração positiva dada ao testemunho do agente estatal não deverá ter caráter absoluto, porque é inegável que sua participação nas investigações afetará a sua parcialidade quanto aos fatos em julgamento. Portanto, o magistrado que ouvir os testemunhos do policial que trabalhou, de forma infiltrada, deverá atentar-se a dois elementos fundamentais na valoração do depoimento do policial: o primeiro é a “inexistência de interesse de afastar eventual ilicitude em suas diligências”; e, o segundo, “a comprovação de seu depoimento por outros meios de prova, salvo impossibilidade de fazê-lo” (SILVA, 2014, p. 104).

Mesmo que a defesa sustente a necessidade de oitiva desse agente, a sua identidade permanecerá preservada, em razão dos direitos conferidos pela Lei n. 12.850/13, em especial nos artigos 12 e 14, para fins de preservação da sua integridade física e de sua família (BRASIL, 2015, p. 55).

Gomes e Silva (2015, p. 408) concordam com a Lei n. 12.850/13, e entendem ser “desnecessária a oitiva do agente infiltrado, pois não se trata de testemunha, mas sim como mero realizador da técnica especial de investigação da infiltração de agentes policiais”.

Levando em consideração o exposto pela Lei n. 12.850/13, citada acima, e pela fala dos autores, a prova coligida pelo agente infiltrado pode ser utilizada para a condenação, pois sabido que a própria Lei de Organizações Criminosas prevê que a

infiltração de agentes será autorizada somente quando não houver outros meios de obtenção de prova, como também já foi citado neste trabalho.

É necessário que haja um entendimento, não só por parte do magistrado, mas também do agente infiltrado, que sua ação só terá a possibilidade de receber um valor positivo caso a medida de infiltração seja para se chegar à obtenção das demais provas como: fotografias, gravações, áudios, documentos, pois estas irão embasar o inquérito. A infiltração é necessária para que não ocorram alegações de nulidades de provas, para que elas não sejam produzidas ilicitamente ou atingidas pela teoria da árvore dos frutos envenenados.

Daí é possível dizer que, havendo a autorização e respeitando-se os trâmites legais, deve-se conferir valor probatório às provas compiladas.

Dessa forma, o juiz deve declarar o direito, quando provocado ao exercício de sua função jurisdicional, com as provas produzidas pelo agente infiltrado nas organizações criminosas. Esse lastro probatório torna-se mais sólido, visto que todo o caminho do crime foi percorrido de forma a possibilitar meios concretos na formação de sua convicção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após compreender sobre crime organizado e como a criminalidade tem alcançado uma proporção cada vez maior, foi necessário dar visibilidade também aos recursos utilizados pelo Estado, no combate ao crime organizado.

No transcorrer do texto foram abordados assuntos que discorreram sobre leis e estratégias criadas e implementadas pelo Estado no intuito de combater os crimes organizados, e, à medida que os resultados iam sendo mensurados, após a realização de cada estratégia estabelecida, foi-se reformulando as leis até alcançar uma maneira cada vez mais adequada para a solução dos crimes.

É certo que, uma vez que se comete o crime, o Estado tem o dever de exercer seu poder-dever punindo o delinquente. E uma dessas soluções foi a autorização para a infiltração de agentes nas organizações criminosas, a fim de colher provas mais concretas que subsidiassem a decisão judicial, resguardando, é claro, a identidade e integridade do agente infiltrado. Deve-se levar em conta ainda que, os meios aplicados para agir nessa perspectiva devem respeitar os direitos e garantias fundamentais do acusado.

Com a chegada da Constituição Federal de 1988, foi possível perceber que se acabaram as dúvidas a respeito da adoção do sistema acusatório, no ordenamento jurídico brasileiro, o qual possui características bem específicas em relação à divisão de poderes, uma vez que há o órgão de acusação, defesa e julgamento em pessoas distintas. Compreende-se ainda que, em virtude do sistema acusatório adotado, o Magistrado intervém apenas na fase instrutória, quando solicitado, e de forma subsidiária, para que sua imparcialidade não seja prejudicada.

Foi possível compreender que a justiça atravessou momentos críticos envolvendo o crime organizado, e, pela facilidade com que as organizações criminosas se infiltram tanto na economia formal como no serviço público, é que

desencadeou no Estado a necessidade de rever as leis já estabelecidas e as estratégias utilizadas, no intuito de possibilitar ao Estado o cumprimento do dever de punir aqueles considerados acusados, pela lei.

Com essas reformulações e novas estratégias, a infiltração dos agentes nas organizações criminosas foi sendo cada vez mais autorizada e os resultados dessas diligências mais positivos, levando o juiz à solução e finalização do inquérito, após a análise das provas concretas obtidas pelos agentes infiltrados.

Para que seja autorizada, deve haver indícios suficientes da existência da organização criminosa, sem necessidade de definição de autoria, pois isto será angariado durante a investigação. Haja vista que outro critério a ser levado em consideração, para que seja autorizado a infiltração dos agentes nas organizações criminosas, é a necessidade de recolhimento de provas, que só serão possíveis de serem obtidas por esse meio, considerando este método ser utilizado em último caso.

Por esta ação ser respaldada pela Lei n. 12.850/13, estabelece-se que seja resguardada a integridade do agente durante e após a diligência. A Lei também institui que o Estado, através do Juiz, monitore e dê o suporte necessário ao agente enquanto este estiver infiltrado na organização criminosa, podendo o Juiz abolir a ação quando quiser.

Vale ressaltar que o agente infiltrado, por mais que suas ações sejam estabelecidas e respaldadas pela lei, existe uma insegurança quanto à valoração positiva dessas provas pelo Juiz. Por esse motivo se faz necessário voltar a atenção para a valoração positiva das provas colhidas pelo agente infiltrado, uma vez que ele corre riscos e até mesmo tendo que praticar crimes para não ser descoberto, seu objetivo maior, ao aceitar o cumprimento da diligência, é receber a aprovação de sua ação.

O que foi exposto no texto mostra a insegurança desses agentes que, muitas vezes, recebem uma valoração negativa diante do processo de apresentação das provas. No entanto, é preciso que se analise, com mais cautela, para que haja um índice cada vez maior de valoração positiva, uma vez que as provas apresentadas por este agente servem de decisão judicial e até mesmo elucidação do crime colocando um fim ao inquérito.

Dessa forma, é possível entender, que o Estado pode – e deve, quando necessário – intervir de forma que vulnere direitos fundamentais dos indivíduos

investigados em busca de uma melhor futura estabilidade democrática, pois as consequências da proliferação desse modelo de criminalidade trazem, para a sociedade, incertezas sobre o futuro das instituições estatais de segurança e sobre as medidas que se farão necessárias para a manutenção da ordem e combate às organizações criminosas.

REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO

BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Crime Organizado e Proibição de Insuficiência**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal: Parte Geral**. Vol. 1. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

_____. Decreto n. 5.015, de 12 de março de 2004. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília**. Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm>. Acesso em: 23 maio. 2017.

_____. **Decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código Processo Penal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm>. Acesso em: 23 maio. 2017.

_____. Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006. **Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm>. Acesso em: 01 jun. 2017.

_____. Lei n. 12.850, de 2 de agosto de 2013. **Organização criminosa**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12850.htm#art26>. Acesso em: 17 abr. 2017.

_____. Lei n. 9.296, de 24 de julho de 1996. **Interceptação de Comunicações Telefônicas**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9296.htm>. Acesso em: 01 maio. 2017.

_____. Lei n. 9.883, de 7 de dezembro de 1999. **Sistema Brasileiro de Inteligência**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9883.htm>. Acesso em: 04 maio. 2017.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

FERNANDES, Antonio Scarance. **O Conceito de Crime Organizado na Lei 9.034**. Boletim IBCCRIM. São Paulo, n. 31, jul. de 1995.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Lições de Direito Penal: Parte Especial**. 6ª ed., rev. Atual. Rio de Janeiro: Forense, 1988.

FRANCO, Alberto Silva; STOCCO, Rui (coordenadores). **Leis Penais Especiais e sua Interpretação Jurisprudencial**. Vol. I. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

GLENNY, Misha. Mc Mágia: **Crime sem fronteiras**. Tradução Lucia Boldrini, São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GODOY, Luiz Roberto Ungaretti. **Crime Organizado e seu Tratamento Jurídico Penal**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal. Parte Geral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

JESUS, Damásio Evangelista de; Bechara, Fábio Ramazzini. **Agente Infiltrado: Reflexos penais e processuais**. São Paulo: Jus Navigandi, 2005. p.1. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/7360/agente-infiltrado>> Acesso em: 15 maio. 2017.

JOHN, Lucas: **O agente infiltrado à luz do direito processual penal brasileiro**. 2014. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/121957/Monografia%20Lucas%20John%20\(final\).pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/121957/Monografia%20Lucas%20John%20(final).pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 12 jun. 2017.

LIMA, Eduardo Pacheco de Melo. **Agente infiltrado: garantir ou punir (a dupla face do princípio da proporcionalidade)**. Monografia apresentada ao curso de graduação em Direito da Universidade de Santa Maria (UFSM, RS). Santa Maria, RS, Brasil, 2014. p. 20-21. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11465/monografia%20eduardo%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

LIMA, Marcos Aurélio Costa de. **Infiltração Policial: pensando um modelo**. 2013. Disponível em: <http://www.esg.br/images/Monografias/2013/LIMAM.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

LIMA, Renato B. **Legislação Criminal Especial**. 2. ed. Salvador. Juspodivm, 2014.

LUIZI, Luiz. **Os Princípios Constitucionais Penais**. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2002.

MENDRONI, Marcelo B. **Crime organizado: Aspectos gerais e mecanismos legais**. 4. ed. São Paulo. Atlas, 2012.

_____. **Crime Organizado: Aspectos Gerais e Mecanismos Legais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MESSA, Ana Flávia; Carneiro, José Reinaldo Guimarães. (Coords.). **Crime Organizado**. São Paulo: Saraiva, 2012.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo Penal** 10^a ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2000.

MONTOYA, Mario Daniel. **Máfia e Crime Organizado**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

MORAES, Alexandre Rocha Almeida de. **Direito Penal do Inimigo: a terceira velocidade do direito**. Curitiba, PR: Juruá, 2012.

MORAES, Henrique Viana Bandeira. Da figura do agente infiltrado nas organizações criminosas. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 107, dez 2012. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

MORO, Sérgio Fernando. **Crime de Lavagem de Dinheiro**. São Paulo: Saraiva, 2010.

NETO, Franciso Tolentino. Histórico do Crime Organizado. In: MESSA, Ana Flávia; Carneiro, José Reinaldo Guimarães. (Coords.). **Crime Organizado**. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 54-5.

O GLOBO. **Escândalo da espionagem dos EUA**. 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/o-escandalo-da-espionagem-dos-eua-10191175>. Acesso em: 10 jun 2017.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Comentários ao Código de Processo Penal e sua Jurisprudência**. 5.ed. São Paulo: Atlas S.A, 2013, p.38. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CBwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.editoraatlas.com.br%2Fatlas%2Fwebapp%2Fdownload_file.aspx%3Ff%3D4eK6NAIvqIXreXNoCp32prSVq39XG7u0q4wsaLsbygBiOQmU5cZAxmRhikGfSI8yjFd33ty57f0lhOh6L6dljpC7zoBB7V8vz6nObenfWJY1&ei=g5qjU9vSLZTRsASx9IDIDA>. Acesso em: 19 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Normas e Princípios das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal**. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/projects/UN_Standards_and_Norms_CPCJ_-_Portuguese1.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2017.

PACHECO, Rafael. **Crime Organizado: medidas de controle e infiltração policial**. Curitiba, PR: Juruá, 2009.

PIERANGELI, José Henrique. **Códigos Penais do Brasil. Evolução Histórica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

PIMENTEL, José Eduardo de Souza. Processo Penal Garantista e Repressão ao Crime Organizado: a legitimidade constitucional dos novos meios operacionais de investigação e prova diante do princípio da proporcionalidade. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

PITOMBO, Antônio Sérgio Altieri de Moraes. **Organização Criminosa**: Nova perspectiva do tipo legal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Hernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROCHA, Luiz Otávio de Oliveira. **Agente Infiltrado: Inovação da Lei 10.217/2001. Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público**. São Paulo, v. 1, n. 1, jan. a jun. 2001. Disponível em: <www.esmp.sp.gov.br/publicacoes/revista_1.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2017.

SÁNCHEZ, Jesús Maria Silva. **A Expansão do Direito Penal: Aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais**. Tradução Luiz Otavio de Oliveira Rocha, 2. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SANCTIS, Fausto Martins de. **Crime organizado e lavagem de dinheiro**. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, Eduardo Araújo da. **Crime Organizado: Procedimento Probatório**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Crime Organizado: Procedimento Probatório**. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Eduardo Araujo da. **Organizações Criminosas**: Aspectos penais e processuais da lei nº 12.850/13. São Paulo: Atlas, 2014.

SUN, Tzu. **A arte da guerra**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

TOURINHO, José Lafaieti Barbosa. **A Infiltração de Agentes em Quadrilhas ou Bandos, Organizações ou Associações Criminosas. Ministério Público do Estado do Paraná**, set. 2003. Disponível em: <www.mp.pr.gov.br/eventos/teses/lafaieti>. Acesso em: 12 maio. 2017.

VIANNA IOA. **Metodologia do Trabalho Científico**: um enfoque didático da produção científica. São Paulo: EPU, 2001.

ZIEGLER, Jean. Os Senhores do Crime: **as novas máfias contra a democracia**. Tradução de Manuela Torres. Lisboa: Terramar, 1999.